

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO EM FILOSOFIA**

**Pedro Teixeira Zanchin**

**SOBRE A CONSISTÊNCIA DA TEORIA DA SUBSTÂNCIA DE ARISTÓTELES NO  
LIVRO Z DA METAFÍSICA**

**Porto Alegre**

**2019**

PEDRO TEIXEIRA ZANCHIN

**SOBRE A CONSISTÊNCIA DA TEORIA DA SUBSTÂNCIA DE ARISTÓTELES NO  
LIVRO Z DA METAFÍSICA**

Monografia de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Raphael Zillig.

Porto Alegre

2019

PEDRO TEIXEIRA ZANCHIN

SOBRE A CONSISTÊNCIA DA TEORIA DA SUBSTÂNCIA DE ARISTÓTELES NO  
LIVRO Z DA METAFÍSICA

Monografia de conclusão de curso de graduação  
apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul como requisito parcial para obtenção do grau de  
Bacharel em Filosofia.

Porto Alegre, dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

---

Profª. Dra. Lia Levy

---

Prof. Dr. Wolfgang Sattler

## RESUMO

Nesse trabalho, examino se a teoria da substância que Aristóteles apresenta no livro Zeta da *Metafísica* é uma teoria consistente. James Lesher argumentou que esse não é o caso. Segundo ele, Aristóteles teria sustentado o seguinte conjunto inconsistente de proposições: (a) a forma é substância, (b) a forma é universal, e (c) nenhum universal é substância. Se a teoria de Z é consistente, uma dessas proposições precisam ser rejeitadas. Eu considero, então, se a concepção de formas particulares de Michael Frede e se a proposta de leitura de Z13 de Myles Burnyeat são capazes de recusar, respectivamente, (b) e (c). Eu argumento que, apesar das duas posições responderem os argumentos de Lesher, elas também enfrentam algumas dificuldades cujas soluções estão longe das pretensões desse trabalho, de modo que não podemos nos decidir categoricamente sobre a consistência da teoria de Aristóteles. Entretanto o exame dessas posições podem esclarecer os caminhos a serem percorridos para que essa decisão seja alcançada.

**Palavras-chave:** Aristóteles, *Metafísica*, substância, forma, universal.

## ABSTRACT

In this study, I examine wheter Aristotle's theory of substance in the book Zeta of *Metaphysics* is logically consistent. James Lesher argued that this is not the case. According to him, Aristotle held the following inconsistent set of propositions: (a) form is substance, (b) form is universal, and (c) no universal is a substance. If Z's theory is consistent, one of these propositions needs to be rejected. I consider, then, wheter Michael Frede's conception of particular forms and Myles Burnyeat's Z13 reading proposal are capable of refusing, respectively, (b) and (c). I argue that although both positions answer Lesher's arguments, they also face some difficulties whose solutions are far from the pretensions of the present study, so that we can not categorically decide on the consistency of Aristotle's theory. However, the examination of these positions can shed some light on the right paths to reach this decision.

**Key-Words:** Aristotle, *Metaphysics*, substance, form, universal.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2. O PROBLEMA.....</b>	<b>8</b>
<b>3. FORMAS UNIVERSAIS?.....</b>	<b>18</b>
<b>4. NENHUM UNIVERSAL É SUBSTÂNCIA?.....</b>	<b>27</b>
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>36</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>38</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Aristóteles examina a noção de substância em dois trabalhos, nas *Categorias* e na *Metafísica*. “Substância” é um conceito filosófico que designa, no contexto aristotélico, as peças centrais do conjunto de coisas que existem (ou, abreviando, da ontologia). Digo que são peças centrais porque, para Aristóteles, enquanto as substâncias existem de maneira independente, as entidades não-substanciais dependem delas para existir.

Nas *Categorias*, Aristóteles identificou as substâncias com seres como os animais e as plantas – de maneira geral, com os muitos objetos particulares que ocupam o nosso mundo. Em que sentido esses objetos existem independentemente? Qualquer objeto tem uma série de propriedades (uma cor, um tamanho, um peso e muitas outras), e essas propriedades existem tanto quanto os próprios objetos (afinal, não são delírios da nossa cabeça). Elas existem, elas estão nos objetos. Mas o existir para essas propriedades é bem diferente do existir para os seus objetos, pois as propriedades precisam estar em algum objeto para existir, enquanto os objetos não estão em uma relação desse tipo com nada. Essa é uma interpretação possível (embora bastante introdutória) do significado de existir independentemente. Agora, os objetos particulares não são as únicas coisas que são consideradas como substâncias nas *Categorias*. Termos universais, que designam espécies (no grego, “*eidos*”) de objetos particulares (como, por exemplo, “homem”, “cavalo” e “aroeira”) também são substâncias, embora em um sentido secundário. São substâncias secundárias porque, apesar de não existirem independentemente dos homens, cavalos e aroeiras particulares, eles não estão nesses objetos do mesmo modo que cores, pesos e tamanhos. Antes, recorremos a eles para explicar o que os objetos particulares são.

Seja como for, a teoria da substância que Aristóteles apresenta na *Metafísica* parece ser bem diferente. Essa teoria é apresentada sobretudo no livro Zeta, mas também nos dois livros seguintes, Eta e Teta. Uma das principais teses desse livro é, justamente, que as substâncias em sentido mais estrito são, na verdade, as formas (em grego, “*eidos*”). Os objetos particulares, tomados agora como compostos de matéria e forma, ainda são tratados como substâncias, mas em um sentido derivado. Quando comparamos as duas teorias, então, parece que há uma inversão entre o que é considerado substância em sentido mais estrito e o que é considerado substância em um sentido derivado. O que é intrigante é que Aristóteles, em vários textos, critica a posição platônica por colocar termos universais no centro da ontologia.

Tendo isso em vista, podemos perguntar se a teoria que Aristóteles apresenta na *Metafísica* é incompatível com suas próprias críticas aos platônicos. Alguém poderia sugerir que talvez ele tivesse abandonado as suas críticas e, em algum momento, passado a concordar com as posições metafísicas dos filósofos da Academia. Mas isso parece contrário às evidências textuais: no próprio livro Zeta, a partir do capítulo 13, Aristóteles reapresenta uma série de críticas aos platônicos. A posição de Aristóteles seria, então, internamente inconsistente? Esse é o problema que eu gostaria de explorar nesse trabalho.

Para ajudar na exposição, o trabalho está dividido em três partes. Na primeira, eu reconstruo parte dos argumentos de algumas seções do livro Zeta, para mostrar ao leitor como algumas teses que Aristóteles parece sustentar pressionam umas às outras. Depois eu apresento a formulação que James Lesher deu ao problema, na forma de um trilema: Aristóteles teria sustentado, ao mesmo tempo, as três teses seguintes: i) as formas são substâncias, ii) as formas são universais e iii) nenhum universal é substância. Esse é um conjunto inconsistente de teses, e se alguém pretende mostrar que a teoria do livro Z não é inconsistente, precisa mostrar qual dessas proposições não é aceita por Aristóteles. A posição de Lesher é que isso não é possível e deve-se, portanto, aceitar a consequência.

Nas outras duas partes eu apresento, respectivamente, duas tentativas de negar a consequência de Lesher. Essas tentativas são, acredito, representativas das duas principais abordagens do problema. Na segunda parte eu examino a posição de Michael Frede, que nega que as formas são universais e articula uma concepção alternativa, de formas como entidades particulares. Na terceira e última parte vejo a leitura que Myles Burnyeat faz da estrutura argumentativa do livro Zeta. Se algumas das suas ideias forem aceitas, pode-se pensar em uma forma de qualificar a tese de que nenhum universal é substância. Nosso objetivo, com isso, é esclarecer tanto quanto possível o problema e os caminhos abertos nos últimos anos para resolvê-lo.

Começemos.

## 2. O PROBLEMA

Hoje é um consenso que o livro Zeta da *Metafísica* foi escrito por Aristóteles como um tratado mais ou menos independente. Um sinal disso é que o livro não começa com partícula conectiva, indicando o começo de uma nova investigação<sup>1</sup> – que será continuada nos livros Eta e Teta. Mas não segue daí que o conteúdo do livro seja independente do projeto teórico da *Metafísica*, pois de partida Aristóteles coloca a questão “o que é substância?”<sup>2</sup> como a questão estruturante dos 17 capítulos que o compõem<sup>3</sup>. O que segue é que esperamos um texto mais ou menos autossuficiente, que avance teses coordenadas entre si e que responda a pergunta de Z1, pelo menos parcialmente.

Mas não é isso que acontece. As teses de Zeta parecem entrar em contradição entre si, e há quem diga que sua teoria é, de fato, inconsistente.

“Substância” traduz a palavra grega “*ousia*”, que é um substantivo derivado do participio do verbo “ser”. Aristóteles usa a palavra de dois modos: em construções como “*y* é *ousia* de *x*”, onde “*ousia*” é um predicado diádico (de dois termos) e funciona como um substantivo abstrato que identifica a essência de *x* (o que *x* é); e em construções do tipo “*x* é *ousia*”, onde é um predicado monádico (de um termo) que designa *x* como uma existência ou realidade primeira<sup>4</sup>. O termo é neutro em relação à categoria de *x* nas construções do primeiro tipo, afinal podemos identificar a essência e definir itens de todas as categorias. Nas construções do segundo tipo, entretanto, “*ousia*” designa *x* como membro da categoria da substância. Então o que Aristóteles quer saber quando pergunta “o que é substância?”

Z1 começa distinguindo os diferentes modos do ser (i.e. as categorias) e coloca a substância como o primeiro e mais real (i.e. como o mais fundamental, dada a relação de dependência entre as outras categorias e a da substância). Nesse contexto, a pergunta pela substância é a pergunta por esse modo do ser em oposição aos outros, e fica claro que o escopo da investigação do livro Zeta é a primeira categoria. Mas há, todavia, uma ambiguidade na pergunta: uma lista exhaustiva dos itens que são substâncias seria uma resposta

---

1 Cf. BURNEYAT, Myles. “A Map of Metaphysics Z”. Pittsburgh: Mathesis Publications, 2001 (pp. 11-12); Outro sinal são as poucas referências, em Zeta, a outros textos.

2 Cf. 1028b2-7.

3 A pergunta pela substância nasce dos resultados de  $\Gamma 1-2$ : apesar do objeto da ciência do ser enquanto ser se dizer de muitos modos, todos dependem da substância. A filosofia primeira deve investigar, então, as causas e princípios da substância. A pergunta feita em Z não só é harmoniosa com o projeto da *Metafísica* como é fundamental a ele.

4 Cf. KAHN, Charles H. “The verb “be” in ancient Greek”. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2003 (p. 461); e BOSTOCK, David. “Aristotle. Metaphysics, Books Z and H”. Oxford: Clarendon Press, 1994 (p. 43).

tão apropriada quanto a análise ou explicação do conceito de substância. O que Z1 pergunta, então? Podemos desfazer essa ambiguidade olhando para Z2 e Z3.

Z2 enumera uma série de opiniões reputadas que responderiam a pergunta “quais coisas são substâncias?”. A lista vai de itens sensíveis (os corpos: animais e plantas e as suas partes, os elementos e qualquer coisa composta por eles) a não-sensíveis (como as Formas platônicas, os objetos matemáticos, as magnitudes e outros)<sup>5</sup> e termina indicando que uma das tarefas da investigação é determinar quais dessas opiniões são verdadeiras e quais não são. Para cumprir essa tarefa é preciso determinar, por exemplo, se há substâncias além das sensíveis – o que é controverso. Então o caminho que a investigação deve percorrer é primeiro fazer a análise ou explicação do conceito de substância (esboçar a sua natureza) para ser capaz de determinar sobre o que ele se aplica no mundo sensível e, depois, resolver as questões controversas sobre substâncias não-sensíveis<sup>6</sup>. Essa primeira etapa começa em Z3, e Z alcança alguns resultados a respeito das substâncias sensíveis, mas Aristóteles só examina as não-sensíveis em outros livros<sup>7</sup>.

Z3, como o capítulo anterior, começa com a indicação de opiniões reputadas sobre a natureza da substância. Os candidatos elencados são (a) a quiddidade, (b) o universal, (c) o gênero e (d) o substrato. O resto de Z é mais ou menos estruturado pelo exame desses quatro candidatos: Z3 lida com o substrato, Z4-6 e 10-11 com a quiddidade e Z13-16 com o universal e o gênero<sup>8</sup>. O conceito de substrato é o de sujeito último de predicação: aquilo que é sujeito de predicados sem ser predicado de nada. Nas *Categorias* Aristóteles identifica os substratos com os objetos concretos do mundo (e.g. Sócrates) e atribui a eles o título de “substâncias primeiras”. Mas aqui ele analisa o particular concreto nos seus constituintes metafísicos: matéria e forma. Se os indivíduos concretos são compostos de matéria e forma, o sujeito último de predicação é um desses elementos ou o composto? Qual o sujeito último dos predicados de Sócrates? É preciso esclarecer o conceito de substrato se queremos que ele esclareça o de substância.

O Sócrates que conhecemos (o particular concreto) é como um pacote de propriedades, algumas essenciais e outras acidentais. Essas propriedades pressupõem um

---

5 Cf. 1028b8-27.

6 Conforme o método de investigação aristotélico de partir do que é mais próximo e familiar para nós em direção ao que mais distante e menos familiar.

7 Burnyeat aponta para os livros finais da *Metafísica*, Λ, M e N, como o lugar onde as dificuldades a respeito das substâncias não-sensíveis são examinadas (Cf. BURNYEAT, 2001, p. 13).

8 Cf. BURNYEAT, 2001, pp. 37-38 para uma justificação de Z7-9 como uma inserção posterior ao texto e pp. 42-44 para a discussão sobre Z12 como outra inserção. Z17, por sua vez, é parte do argumento principal de Z, mas examina outro aspecto da substância: substância como causa.

sujeito último do qual são predicadas e que não é predicado de nada outro como seu sujeito. Z3 examina a sugestão de que esse sujeito último seja a substância de Sócrates. Mas o que, no pacote de propriedades mais ou menos ordenadas que é o Sócrates que conhecemos é a coisa-própria, da qual as outras dependem?<sup>9</sup> O substrato das outras propriedades é a matéria, a forma ou o composto de matéria e forma? Os objetos concretos das *Categorias* não são uma resposta adequada nessa perspectiva, porque é justamente desse objeto que queremos saber qual a entidade que o compõe que se opõe às suas propriedades. Mas então por que Aristóteles também considera o composto de matéria e forma em Z? Michael Frede sugere que talvez o composto que aparece nesse argumento não seja idêntico aos objetos concretos das *Categorias*, uma vez que esses também são constituídos por seus vários acidentes, além de matéria e forma<sup>10</sup>.

A mera noção de sujeito último de predicação não é, portanto, suficiente para esclarecer a substância de algo, mas é um primeiro esboço<sup>11</sup>. O problema é que, diz Aristóteles, além de ser uma noção obscura (que pode ser analisada em outras três), se levada ao pé da letra a matéria se torna a substância das coisas. Por quê? Dado uma substância particular como Sócrates, composta de matéria, forma e vários acidentes, se tirássemos as suas propriedades uma a uma, o que restaria além da matéria? Essa matéria bruta sem nenhuma determinação, sem espessura, tamanho ou profundidade, não pode ser a substância em sentido estrito. Aristóteles não quer descartar a matéria como substância, mas argumenta que a forma e o composto de matéria e forma devem ser *mais* substância que a matéria<sup>12</sup>. A razão dada para esse raciocínio é que a substância deve ser “um isso” e “separada”<sup>13</sup>. “Um isso” traduz a expressão grega “*tode ti*” cujo significado é controverso. Para entender o argumento de Z3, no entanto, basta apontar que em uma interpretação fraca “ser um isso” envolve meramente ser algo determinado<sup>14</sup>. A matéria nesse estado bruto, indeterminado, não

---

9 É essa pergunta que explica a divisão do particular concreto das *Categorias* nos seus constituintes metafísicos. Cf. FREDE, Michael. “Substance in Aristotle’s *Metaphysics*”. In: FREDE, Michael. *Essays in Ancient Philosophy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987. Cap. 5, pp. 74-75.

10 Cf. FREDE, 1987, p. 74.

11 1029a7-9.

12 Cf. 1029a29, na tradução de Ross (publicada em BARNES, Jonathan (Ed.). *The complete works of Aristotle*. New Jersey: Princeton University Press, 1995, vol. 2) aparece “a forma e o composto seriam considerados substâncias, não a matéria”, mas no sumário de Z3 no seu comentário (ROSS, W. D. “*Aristotle’s Metaphysics: A revised text with introduction and commentary by W. D. Ross.*” Oxford: Clarendon, 1924, p. 164) a ideia é que a forma e o composto são *mais* substância que a matéria. Ambas traduções são possíveis. Aqui, prefiro seguir, com Burnyeat (2001), a tradução do comentário.

13 “Separado” traduz a palavra grega “*chōriston*”, que também pode significar “separável”. Há uma grande discussão na literatura secundária sobre como entender essa noção, que não convém explorar aqui.

14 “*Tode ti*” nas *Categorias* é usado em um sentido técnico que implica a particularidade. Uma substância particular concreta significa um “*tode ti*” (“um isso” ou “uma coisa de um certo tipo”), por oposição aos termos universais que significam um “*poion ti*” (“uma certa qualificação” ou “um certo tipo de coisa”). É

é “um isso”: os vários predicados acidentais de Sócrates dependem da substância, que por sua vez depende da matéria. Nesse sentido o *sujeito* último de predicação é a substância, embora a matéria também seja um substrato, em outro sentido.

Tendo colocado a matéria de lado, temos a forma e o composto de matéria e forma como candidatos melhores para explicar o sujeito último de predicação que é a substância dos objetos concretos. Em uma das variantes do texto grego, há um claro argumento para rejeitar o composto, que pareceria um candidato apropriado: a substância deve ser primeira; se a forma é primeira em relação à matéria, então também é primeira em relação ao composto de matéria e forma. Se segue daqui uma conclusão importante de Z3: a investigação sobre a natureza da substância deve seguir examinando a forma. Por mais estranho que possa parecer a ideia de que o sujeito último dos predicados de Sócrates seja a sua forma, é essa a tese que Aristóteles favorece em Z.

Esse é o mesmo resultado do exame da quiddidade (Z4-6 e 10-11) e uma das principais teses do livro<sup>15</sup>. O problema é que a forma como substância primeira não parece compatível com as teses do bloco Z13-16, que examina o universal.

O exame da quiddidade (em grego “*to ti ēn einai*”) parece levar quase naturalmente à tese de que a forma é substância. No vocabulário filosófico de Aristóteles, “o que [a coisa] é” (“*ti esti*”) é uma maneira de falar de modo geral sobre algo que poderia responder a pergunta socrática “o que é [a coisa]?” (“*ti esti*,”). Mas em alguns contextos, o *ti esti* pode significar uma resposta incompleta à pergunta: digamos que a boa definição de homem seja “animal bípede”, então a resposta “animal” é aceita como uma resposta para a pergunta “o que é homem?”. Já a fórmula “*to ti ēn einai*” (“quiddidade”, “essência” ou, mais literalmente, “o que é o ser [para a coisa]”<sup>16</sup>), por sua vez, aparece sempre designando o que seria uma resposta completa à pergunta socrática (no exemplo dado, só “animal bípede” identificaria o *to ti ēn einai* de “homem”). A quiddidade de algo é, portanto, o conjunto das propriedades que algo tem em virtude de ser aquilo que é e que revelam a sua essência. Uma definição, em linhas gerais, é uma fórmula da linguagem que expressa esse conjunto de propriedades.

---

possível importar esse sentido técnico para a *Metafísica*? Se dermos uma resposta positiva, precisamos explicar alguns usos da expressão em Z, como quando Aristóteles diz que a forma é um *tode ti*. Se o *tode ti* implica a particularidade, a forma é um particular?

15 Cf. Z7 1032b1-2 e Z8 1033b16-17; Z11 1037a29; Z17 1041b7-9.

16 Nas traduções consultadas, Ross adota “essência” e Bostock a tradução mais literal “o que o ser é”. “Quiddidade” era outro termo usado para se referir à essência. Como “essência” também é usado como tradução para o uso diádico de “*ousia*” em alguns contextos, esse termo evita a ambiguidade.

Z4-6 e 10-11 consideram, portanto, a quiddidade como resposta para a pergunta “o que é substância?”. A substância de algo seria, nesse caso, esse conjunto de propriedades que algo tem em função de ser aquilo que é. Se a definição expressa a quiddidade (que é a substância de algo), a substância é o objeto primeiro da definição – e as definições são a peça central das investigações científicas. No caso dos seres vivos, a sua definição revela a sua alma, a disposição que organiza a sua matéria e identifica a sua função própria. Esses seres são analisados em matéria e forma, e a forma é tomada como o princípio organizador da matéria. Como a alma de um ser vivo é a sua forma, que é o que é revelado na sua definição, identifica-se a forma e a quiddidade. A consequência disso, então, é que o exame da quiddidade desse bloco leva, do mesmo modo que o exame de Z3, a investigação da substância até a noção de forma.

Em Z13 Aristóteles retoma o argumento e parte para o exame do universal, que é reputado em Z3 como uma possível resposta à pergunta pela natureza da substância. Uma entidade universal é por natureza comum a muitos e se opõe às entidades particulares, que por natureza são peculiares a uma coisa só. De partida, Aristóteles afirma que parece impossível que a natureza da substância seja universal, porque a substância primeira é o tipo de substância que é peculiar a uma única coisa e não pertence a nenhuma outra<sup>17</sup> (i.e. o universal é predicado de uma pluralidade enquanto a substância, que é um sujeito último, não é predicado de nada). Universais também não podem ser partes da substância, porque como os itens da categoria da qualidade eles significam “um certo tipo de coisa” (“*poion ti*”) em vez de “uma coisa de um certo tipo” (“*tode ti*”)<sup>18</sup>. É absurdo, portanto, que essas partes componham a substância, porque aí elas seriam primeiras em relação a ela<sup>19</sup>. Se as substâncias têm partes, essas partes também devem ser substâncias e significar um “*tode ti*”. Mas isso coloca um problema para a unidade da substância, pois coisas que são duas em ato não podem formar uma unidade<sup>20</sup>. Z13 encerra com um dilema: como nem substâncias nem não-substâncias podem ser partes de uma substância, as substâncias não têm partes e, portanto, não podem ser definidas; mas então nada pode ser definido, pois a substância é o primeiro objeto das definições<sup>21</sup>. Se a realidade última das coisas não pode ser expressa em uma fórmula, não há conhecimento de nada em sentido estrito.

---

17 1038b8-10.

18 Essas traduções para as expressões gregas “*poion ti*” e “*tode ti*” aparecem em BURNYEAT, 2001, p. 48. A oposição entre as coisas que significam um *poion ti* e as que significam um *tode ti* aparece também nas *Categorias* (cf. nota 14, acima).

19 1038b24-29.

20 1039a3-9.

21 1039a14-23.

Z14 segue o exame dos universais e argumenta que as Formas platônicas (concebidos como universais que de algum modo significam “um isso” capaz de existência separada) também não são substâncias. Em Z15 Aristóteles argumenta que indivíduos não podem ser definidos. Ross sugere que o elo com Z13 é que como universais sempre significam um “*poion ti*” e nunca um “*tode ti*”, a definição (que enumera marcas universais) nunca captura a natureza de um indivíduo<sup>22</sup>. Z16 apresenta dois resultados da investigação de Z rejeitando dois grupos de substâncias da lista de Z2: as partes dos animais e os elementos (afinal as partes das substâncias não são substâncias). Além disso Aristóteles critica mais uma vez os platônicos e, nas últimas linhas reafirma duas teses: nenhum universal é substância e nenhuma substância é parte de outra substância. E quanto ao gênero? O gênero foi examinado implicitamente junto com o universal. Já que todo gênero é um universal, o resultado negativo de Z13-16 se estende ao terceiro candidato de Z3<sup>23</sup>.

Até aqui vimos que o livro Zeta é um tratado que investiga a substância. A partir de Z3 Aristóteles procura esclarecer a natureza da substância para resolver questões controversas como, por exemplo, se existem substâncias não-sensíveis. A investigação, então, se estrutura em três blocos, nos quais ele examina quatro opiniões reputadas sobre a natureza da substância: Z3 analisa o substrato, Z4-6 e 10-11 a quiddidade e Z13-16 o universal e o gênero. Nos dois primeiros blocos Aristóteles apresenta a tese de que a forma é a substância primeira e no terceiro a de que nenhum universal é substância. Esperávamos que Z, sendo um tratado independente, apresentasse teses coordenadas e uma teoria da substância harmoniosa, mas não é o que encontramos: Z13 termina com um dilema que coloca em dúvida a definibilidade da substância e Z15 e 16 aprofundam ainda mais o problema, sustentando que os indivíduos não são objetos de definição e concluindo que nenhum universal é substância. Mas se a substância é primeira em todos os sentidos (em definição, conhecimento e no tempo<sup>24</sup>) e, ao mesmo tempo, não é nem um universal (que é objeto de definição) nem composta de partes que são substâncias, então a consequência do dilema do final de Z13 se segue: não é possível que haja definição e conhecimento estrito de nada<sup>25</sup>. Além dessa consequência inaceitável, também não é certo se a posição de Aristóteles é internamente consistente – pois o resultado negativo do bloco Z13-16 pressiona a tese de que a forma, tradicionalmente interpretada como uma entidade universal, é substância primeira.

22 Cf. ROSS, 1924, p. 209.

23 É a sugestão de Ross (Cf. ROSS, 1924, p. 164).

24 Cf. 1028a31-b4.

25 No seu comentário ao capítulo 13 do livro Zeta, Ross aponta para Z15 e H6 como os lugares onde Aristóteles tentou lidar com esse dilema. Entretanto, ele “não foi muito bem-sucedido em resolver o problema” (Cf. ROSS, 1924, p. 211).

A interpretação tradicional da noção de forma como uma entidade universal funciona bem no exame da quiddidade de Z4-6 e 10-11. Já que a quiddidade de  $x$  pode ser expressa em uma definição, que é uma fórmula da linguagem que enumera uma série de marcas universais que revelam a disposição da matéria de  $x$  e a sua função própria (i.e. a sua forma), aquilo que é revelado na definição de  $x$  é o mesmo que o que é revelado na definição de outros itens da mesma espécie de  $x$  (porque todos têm a mesma disposição e função própria). O que quer que seja revelado na definição, nesses casos, será um termo universal (ou um conjunto de termos universais) – um termo que é predicado de uma pluralidade de indivíduos. Além disso, a linguagem que Aristóteles usa em algumas passagens sugere a universalidade das formas:

Quando nós temos o todo, tal e tal forma nestas carnes e nestes ossos, isso é Cálías ou Sócrates; e eles são distintos em função da sua matéria (pois essa é distinta), mas o mesmo em forma; pois a sua forma é indivisível. (Z8 1034a5-8)<sup>26</sup>

Aqui Aristóteles atribui a diferença numérica de Cálías e Sócrates à matéria, e a concepção de forma como uma entidade universal consegue dar sentido ao texto. Cálías e Sócrates são dois indivíduos concretos da mesma espécie e, então, a sua definição (que expressa a sua quiddidade ao identificar as propriedades que possuem enquanto membros dessa espécie) é a mesma. Como a quiddidade é igual à forma, a forma de Cálías e a de Sócrates é a mesma. Já que Aristóteles analisa indivíduos concretos em matéria e forma (os constituintes metafísicos do composto) e nesse caso a forma é a mesma, é a matéria que deve explicar a diferença numérica de indivíduos da mesma espécie.

James Lesher, num artigo de 1971<sup>27</sup>, sintetiza essas dificuldades na forma de um trilema: ao longo do livro Zeta Aristóteles se compromete com as três teses: (a) nenhum universal pode ser substância, (b) a forma é um universal e (c) a forma é substância primeira. Esse é um conjunto inconsistente de teses, e para desfazer essa dificuldade é preciso mostrar que Aristóteles não sustenta todas elas. A posição de Lesher, entretanto, é que isso não é possível. Nessa leitura a doutrina da substância é, então, irremediavelmente inconsistente – e, dado a importância dessa noção, a metafísica aristotélica é insustentável<sup>28</sup>. Lesher argumenta em favor da sua posição mostrando que nenhuma tentativa de negar qualquer uma dessas proposições é, em última análise, defensável. Ele escolhe três interpretações paradigmáticas, e

---

26 Traduzido para o português a partir da tradução da *Metafísica* de W. D. Ross.

27 LESHER, James. "Aristotle on Form, Substance and Universals: a Dillema". *Phronesis* 16, 1971, pp. 169-178. Consultado na tradução de Paulo Fernando Tadeu Ferreira na coleção de ensaios ZINGANO, Marco (Ed.). *Sobre a Metafísica de Aristóteles: textos selecionados*. São Paulo: Odysseus Editora, 2005, pp. 235-246.

28 Cf. nota 3, acima

no final (a), (b) e (c) são reafirmadas. Examinemos brevemente essas três tentativas e os principais argumentos de Lesher contra elas.

A primeira tentativa, de Michael J. Woods<sup>29</sup>, consiste em mostrar que a conclusão de Aristóteles no exame do universal e do gênero não é que (a) nenhum universal é substância, mas a (mais fraca) (a<sub>2</sub>) nenhum universal universalmente predicado é substância. A intuição de Woods é que as críticas de Z13 ao universal devem ser contrapostas à posição que Aristóteles quer rejeitar: que uma resposta adequada à pergunta “o que é substância?” seria “o universal”. Woods argumenta, então, que o alvo é a ideia platônica de que ser um universal enquanto tal é suficiente para descrever algo como uma substância, e isso é bem diferente de afirmar que nenhum universal é substância. Woods sustenta que (a<sub>2</sub>) é a verdadeira tese de Z13 fundamentando-se em uma distinção forte entre “ser um universal” (“*katholou*”) e “ser universalmente predicado” (“*tōn katholou legomenōn*”): na passagem-chave, 1038b8-9, a afirmação é que “parece impossível que a substância seja algo universalmente predicado” e não que “parece impossível que a substância seja algo universal”. O “universalmente predicado” é um subconjunto de universais cujo traço distintivo é que são predicados de uma pluralidade de coisas porque significam um *poion ti* e não um *tode ti*, e falham em significar uma substância porque a substância de *x* deve ser peculiar a *x* (e não comum a muitos). Woods nota que o exemplo dado em Z13 de um universal que significa desse modo é o gênero “animal” e conclui, portanto, que as formas (ou espécies<sup>30</sup>) são substâncias apesar de serem universais porque não são universalmente predicados (são capazes de designar algo peculiar). Lesher ataca a suposição fundamental de Woods, a distinção forte entre “universal” e “universalmente predicado”, mostrando que Aristóteles usa os dois termos de maneira intercambiável em Z13, indo de um para o outro num mesmo argumento e os usando como sinônimos<sup>31</sup>. Com isso, a posição de Woods desmorona.

A segunda tentativa consiste em negar (b) a forma é um universal, e atribuir a Aristóteles a tese (b<sub>2</sub>) a forma é particular. A primeira dificuldade é que ela não tem muito apoio textual. Roger Albittron<sup>32</sup> sumariza esse apoio: (i) uma passagem do livro  $\Lambda$  que sugere uma teoria geral de formas particulares; (ii) a definição da alma das substâncias animadas nos livros Z, H e M; (iii) os argumentos de Z13. Como queremos examinar as teses de Z a partir

---

29 WOODS, M. J. “Problems in Metaphysics Z, Chapter 13”. In: MORAVCSIK, J. M. E. (Ed.). *Aristotle: A Collection of Critical Essays*. London: Macmillan, 1968, pp. 215-238.

30 A mesma palavra grega, “*eidē*” é traduzida em alguns textos (na *Metafísica* e na *Física*, por exemplo) por “forma” e em outros (nas *Categorias*) por “espécies”.

31 Cf. a nota 7 de LESHNER, 1971.

32 ALBITTRON, Rogers. “Forms of particular Substances in Aristotle’s Metaphysics”. In: *The Journal of Philosophy* Vol. 54, N. 22, 1957. pp. 699-708.

do texto de Z, deixemos (i) de lado. Lesher aponta corretamente que (ii) é insuficiente para garantir a consistência da doutrina de Z enquanto teoria geral da substância (alegando que Aristóteles aceita substâncias inanimadas, como esferas de bronze). O que nos resta, então, é (iii). A segunda dificuldade envolve a relação entre as teorias metafísica e epistemológica de Aristóteles. Lesher argumenta que a universalidade das formas é uma condição de possibilidade para a concepção aristotélica de ciência. Dado a importância do conhecimento científico para Aristóteles e o papel da noção de forma nessa teoria, ela deve ser universal por definição.

A terceira tentativa de apresentar uma leitura consistente do livro Zeta que Lesher examina é a de A. R. Lacey, que sugeriu que Aristóteles teria desenvolvido sentidos diferentes de “substância” na *Metafísica*. Esses sentidos correspondem mais ou menos aos usos do termo como predicado monádico e como predicado diádico: nenhum universal pode ser substância, pois termos como “homem” não designam uma substância (como um objeto concreto); mas, ao mesmo tempo, a forma (universal) é substância porque termos como “homem” designam o que a substância (de um objeto concreto) é. Lesher indica que uma passagem de Z15, onde Aristóteles distingue entre a substância que é “a coisa concreta” e a substância que é “a definição”, parece apoiar a interpretação de Lacey, mas argumenta que nela não são distinguidos sentidos de “substância” mas sim tipos de substância. Mas se a tese (a) nenhum universal é uma substância deve ser entendida como (a<sub>3</sub>) nenhum universal é um tipo de substância, Aristóteles não poderia criticar as Formas platônicas – que seriam apenas outro tipo de substância. Agora, se o escopo de (a) é todo tipo de substância, então nenhum universal é qualquer tipo de substância, e mesmo uma tese alternativa como (c<sub>2</sub>) a forma (universal) é um tipo de substância resultaria em contradição.

Lesher argumenta, então, que Aristóteles chega à conclusão de que a forma é substância porque aceita (como Platão), que o que é mais real também deve ser mais cognoscível, definível e permanente. Os particulares concretos não satisfazem esses critérios, mas a forma sim. Ao desenvolver essa concepção de substância no livro Zeta, Aristóteles não teria percebido que a sua posição tornou-se vulnerável a algumas das suas críticas aos platônicos. Os princípios ontológicos que governam as críticas de Z13-16 são inconsistentes com os princípios epistemológicos que levam às conclusões dos outros blocos argumentativos do livro, e o resultado disso é a defesa de um conjunto inconsistente de teses ((a), (b) e (c))<sup>33</sup>.

---

33 Para uma posição que chega à mesma conclusão, por um caminho diferente, cf. SYKES, R. D. “Form in Aristotle: Universal or Particular?”. In: *Philosophy* Vol. 50, 1975. pp. 311-331.

Nos quase 50 anos que se passaram desde a publicação do artigo de Lesher, vários intérpretes sustentaram posições consistentes da *Metafísica*. Mas para isso é necessário conseguir rejeitar um dos chifres do trilema. Nesse contexto, dois caminhos costumam ser os mais escolhidos: de um lado, um grupo de autores tenta mostrar que a interpretação tradicional das formas está errada, e formulam argumentos em favor de uma concepção de formas particulares; por outro lado, outro grupo se esforça para qualificar a tese de Z13 de um ou outro modo. Nos próximos dois capítulos eu apresentarei uma leitura de cada um dos lados. Primeiro veremos a posição de Michael Frede, de um ensaio de 1985<sup>34</sup>, que segue o primeiro dos dois caminhos. Depois, veremos uma leitura alternativa das teses de Z13, seguindo o livro de 2001 de Myles Burnyeat. Ambas as interpretações apontam para uma imagem consistente do livro Zeta, e se analisarmos seus argumentos e levantarmos as dificuldades que elas enfrentam, talvez possamos ter mais clareza sobre o estado atual do problema.

---

34 Consultado na coletânea de ensaios de 1987 e, portanto, citado aqui como “FREDE, 1987”.

### 3. FORMAS UNIVERSAIS?

Michael Frede e Gunther Patzig são coautores de um influente comentário do livro Zeta da *Metafísica* publicado em 1988. De acordo com Jennifer Whiting<sup>35</sup>, eles procuraram apresentar uma interpretação consistente de Z apelando principalmente para o exame crítico do texto do próprio livro Zeta. Aplicando esse método, acabaram sustentando uma série de teses não-ortodoxas como, por exemplo, que a forma aristotélica deve ser entendida como uma entidade particular. Frede apresentou parte dos argumentos em favor dessa tese no artigo de 85<sup>36</sup>, que analisaremos agora.

Aristóteles discutiu a noção de substância nos livros centrais da *Metafísica* e nas *Categorias*. Frede entende que no centro das preocupações filosóficas que estimulam esses tratados há uma ontologia que supõe tanto a existência de objetos como a existência das propriedades desses objetos. Além disso, também supõe que há uma relação de dependência ontológica entre esses itens. A existência de objetos e de propriedades não são redutíveis entre si, mas as propriedades dependem dos objetos para existirem. O objetivo de Frede, nesse artigo, é mostrar como Aristóteles trabalha com essas suposições na sua teoria e, em particular, examinar a mudança pela qual a noção de substância passou quando ele tentou esclarecer, na *Metafísica*, o modo como as propriedades dependem ontologicamente dos objetos<sup>37</sup>.

Na leitura que Frede faz das *Categorias*, Aristóteles articulava a dependência ontológica das propriedades em relação aos objetos em termos de predicção a um substrato (“*hypokeimenon*”<sup>38</sup>, em grego). Há dois modos de predicção: no primeiro, quando o predicado ‘é dito de um sujeito’, tanto o nome como a sua definição são predicados do sujeito (e.g. tanto o nome “homem” quanto a sua definição, “animal bípede”, são predicados de Sócrates); no segundo, quando o predicado ‘está em um sujeito’, a definição do nome não é predicada do sujeito (e.g. o nome “branco” é predicado de Sócrates, mas a sua definição não é)<sup>39</sup>. As propriedades existem como predicados de um sujeito, e é preciso supor que algumas entidades existem por si, sem serem predicados de nenhum sujeito (caso contrário, há um

---

35 Cf. WHITING, J. E. “Metasubstance: Critical Notice of Frede-Patzig and Furth. In: *The Philosophical Review* Vol. 100, N 4, 1991. pp. 607-639. p. 607.

36 FREDE, 1987.

37 Cf. FREDE, 1987, p. 73

38 Mais uma palavra grega que aceita diferentes traduções: J. L. Ackrill, na sua tradução das *Categorias* (publicada em BARNES, Jonathan (Ed.). *The complete works of Aristotle*. New Jersey: Princeton University Press, 1995, vol. 1), escolhe “sujeito”. Barnes, traduzindo a *Metafísica*, “substrato”. Lucas Angioni mantém sempre “subjacente” (Cf. os capítulos das *Categorias* traduzidos em ANGIONI, L. *Introdução à Teoria da Predicação em Aristóteles*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. pp. 194-200).

39 Cf. 2a19-35.

regresso ao infinito). Essas entidades são chamadas de substâncias primeiras, e todas as outras dependem ontologicamente delas. No contexto das *Categorias*, isso significa que as substâncias primeiras são sujeitos últimos de predicação: entidades que nem ‘são ditas’ nem ‘estão’ em nenhum sujeito. Assim, Aristóteles identifica os objetos particulares como substâncias primeiras:

[...] o argumento das *Categorias* é que para qualquer item na nossa ontologia nós podemos perguntar qual é o seu sujeito. Se ele não tem um sujeito de nenhuma das duas formas, ele próprio é um objeto particular. Se ele tem, ou esse sujeito é um objeto particular ou não é. Se não é, nós podemos perguntar desse sujeito qual é o seu sujeito; e ou esse outro sujeito é um objeto particular ou não é. E assim adiante, até que finalmente chegamos em um sujeito que não tem outro sujeito e é, então, um objeto particular. (FREDE, 1987, p. 74)

Um objeto particular, como Sócrates, não é predicado de nada, e os predicados como “homem” e “musical” dependem desse sujeito para existir, embora dependam de maneiras diferentes. Nas *Categorias*, Aristóteles chama os termos que designam espécies e gêneros de substâncias segundas, porque são os únicos predicados que revelam o que as substâncias primeiras são. Além disso, se Sócrates é sábio e musical, o homem é sábio e musical: as substâncias segundas estão para os outros predicados como as substâncias primeiras estão para tudo que há<sup>40</sup>. De qualquer modo, a distinção principal é sempre entre o modo de existir das substâncias e o modo de existir das entidades não-substanciais. A relação de dependência entre esses dois modos de existir é explicada sempre através da noção de sujeito último de predicação. Como Frede argumenta, o quadro parece ser o seguinte: enquanto os objetos concretos (i.e. as substâncias primeiras) existem por si, sem serem predicados de nada, as propriedades existem na medida em que estão relacionadas com um objeto concreto em um estado de coisas (que pode ser expresso em uma predicação verdadeira do tipo ‘S é P’) que compõe o mundo. Por exemplo: Sócrates existe, independente de qualquer predicação verdadeira sobre ele; a saúde de Sócrates, por sua vez, existe porque Sócrates é saudável.

No terceiro capítulo do livro Z, Aristóteles volta a examinar o substrato, e Frede sugere que isso é uma retomada da ideia que ele havia seguido nas *Categorias*. Um sinal disso é que Aristóteles parte da mesma definição básica: aquilo que é sujeito de predicados sem ser predicado de nenhum sujeito<sup>41</sup>. Mas agora essa definição não leva diretamente ao objeto concreto, mas a três outros candidatos: a matéria, a forma e o composto de matéria e forma

---

40 Cf. 2b29-3a5.

41 1028b35-37.

(cf. 1029a1-3). Ora, nenhum desses candidatos é idêntico ao objeto concreto das *Categorias*<sup>42</sup>. Por qual razão Aristóteles os considera aqui? Frede sugere que Aristóteles assumiria, tanto nas *Categorias* quanto na *Metafísica*, que uma sentença como “Sócrates é saudável” introduz duas entidades, Sócrates e a saúde de Sócrates (i.e. o objeto e a propriedade), mas em Z3 ele perguntaria algo que não havia considerado antes: já que um objeto concreto é como um pacote de propriedades, e nenhuma dessas propriedades é idêntica a Sócrates, qual a entidade desse pacote que é a coisa-ela-própria? Qual entidade é Sócrates, da qual as outras dependem para existir<sup>43</sup>? O objeto concreto não responde essas perguntas, porque é desse objeto (i.e. desse pacote de propriedades) que queremos saber qual é a entidade nuclear que sustenta a existência das outras.

Esse movimento, que pode ser descrito como a análise do objeto particular nos seus constituintes metafísicos, sugere que as sentenças declarativas sobre os objetos particulares são, em última análise, sentenças sobre um desses elementos. Como nós vimos na primeira parte, o argumento de Z3 acaba privilegiando a forma sobre os outros dois candidatos – e apesar de ter algo de estranho em entender a sentença “Sócrates é branco” como uma sentença sobre a forma de Sócrates, a tese de que a forma é, em algum sentido, um sujeito último de predicação reaparece em H1<sup>44</sup>. O exame do argumento de Z3, então, impõe que expliquemos como a forma pode ser um sujeito último de predicação. Frede, então, parte dessa exigência e tenta apresentar uma concepção aristotélica de forma que a satisfaça.

Aqui uma objeção pode ser feita. As linhas-chave que sustentam a interpretação de Frede, 1029a1-3, aceitam duas leituras. Nelas, Aristóteles diz que a substância parece ser o sujeito último de predicação, e a matéria, a forma e o composto de matéria e forma são “de tal tipo”. Frede entende que o “de tal tipo” faz referência a “sujeito último de predicação”, e talvez essa seja a leitura mais natural, uma vez que é o termo mais próximo. Nesse caso, matéria, forma e composto de matéria e forma são tipos de substrato, e há a necessidade de explicar que tipo de substrato a forma é. Mas nada na gramática do texto grego impede que o “de tal tipo” faça referência à “substância”. Nesse caso, matéria, forma e o composto de matéria e forma são tipos de substância, e não há necessidade de explicar que tipo de substrato a forma é. Para responder essa objeção poderíamos recorrer ao texto de H1, onde Aristóteles repete que a forma é um tipo de substrato, mas essa passagem também não é unívoca.

---

42 Isso é evidente no caso da matéria e da forma, mas Frede sustenta que o composto de matéria e forma também não é idêntico ao objeto concreto das *Categorias*, que é constituído de matéria, forma e uma série de acidentes (cf. FREDE, 1987, p. 74).

43 Cf. FREDE, 1987, pp. 74-75.

44 1042a25-32.

Se, então, aceitarmos as evidências de que a forma é tomada como um sujeito de predicados em Z3 e H1, precisaremos esclarecer essa concepção.

Frede começa considerando a forma dos seres vivos. Nesse caso, a forma é a alma e é entendida como uma organização ou disposição para se comportar de certa maneira e viver o tipo de vida característico para aquele tipo de objeto. Essa organização dá ao objeto chances de sobreviver no seu ambiente: de permanecer na existência. Isso, ele argumenta, envolve garantir que o objeto sobreviva a uma série de mudanças durante a sua vida: um animal, por exemplo, precisa se deslocar para ter alimento e fugir de predadores, sofre mudanças na temperatura por diferentes razões e, o que é decisivo, também passa por mudanças materiais. É claro que em um ser vivo sempre há alguma matéria organizada de certa forma e que esses processos de mudança se dão em padrões mais ou menos restritos, mas essa matéria não precisa ser a mesma durante toda a sua existência – do mesmo modo que um ser vivo sempre tem várias propriedades sem que isso implique a permanência dessas propriedades. É a forma que determina o tipo de matéria, os processos de mudança pelos quais ela passa e, do mesmo modo, os tipos de propriedades e a amplitude das suas variações em um ser vivo. Por exemplo, a alma de Sócrates, que é a sua organização ou disposição a se comportar de certa maneira e levar a vida característica de um homem, se realiza em carnes e ossos num corpo de certa altura, peso, cor e uma série de outras propriedades. Assim como Sócrates muda de altura durante a sua vida (dentro dos limites determinados pela sua forma), de peso e de cor sem que deixe de ser Sócrates, a sua matéria também muda de acordo com os processos característicos do corpo humano.

O raciocínio de Frede, então, é o seguinte: se analisarmos os objetos animados em matéria, forma e propriedades, já que as suas matérias e propriedades mudam ao longo da sua existência, o que garante a identidade desses objetos no tempo é a forma<sup>45</sup>. O único elemento que precisa continuar o mesmo para que continuemos falando dum mesmo objeto ao longo do tempo é o princípio organizacional desse objeto, que determina os seus processos de mudança e o seu tipo de vida característico. Assim, podemos dar sentido a ideia de que é sobre a forma de Sócrates que falamos quando afirmamos diferentes coisas sobre ele ao longo do tempo. A forma dos objetos animados é, então, o sujeito último dos seus predicados.

Frede continua explorando essa concepção de forma considerando o caso de um artefato: o navio de Teseu. Os construtores reparam o navio várias e várias vezes, trocando as suas tábuas desgastadas por novas, até que não resta nenhuma tábua original. Um artesão

---

45 Cf. FREDE, 1987, p. 76.

guarda todas as tábuas velhas que foram retiradas, e então constrói um segundo navio seguindo os esquemas originais do primeiro. Parece intuitivo que o navio velho é aquele com as tábuas novas e o navio novo é aquele com as tábuas podres. Frede explica essa intuição da seguinte maneira: no início o navio de Teseu tinha o conjunto original de tábuas organizados de certa maneira e, pouco a pouco, numa história que pode ser rastreada numa linha do tempo, as tábuas do conjunto vão mudando sem que mude a sua disposição. Agora, o navio que o artesão construiu com as tábuas podres pode ter o conjunto original de tábuas disposto de acordo com as mesmas especificações que o navio de Teseu, mas não tem a mesma história.

O que é decisivo no exame desse caso é que, seguindo Frede, para dar conta da identidade do navio de Teseu, nós precisamos considerar como numericamente distintas as disposições dos dois navios, apesar de serem qualitativamente idênticas. Isso acontece porque Frede analisa o objeto concreto em matéria e forma, e supõe que um desses elementos deve assegurar a identidade do objeto. Nesse contexto, o exemplo mostra que a permanência da matéria não é condição suficiente (porque o navio com as tábuas podres não é o navio de Teseu), nem necessária (porque o navio com tábuas novas é o navio de Teseu), para a identidade do objeto. É, portanto, a forma que desempenha esse papel, já que é a única coisa que permanece a mesma durante a sua existência. Em função disso, mesmo que exista duas formas com as mesmíssimas especificações, elas precisam ser numericamente distintas – particulares.

Mas é realmente intuitivo que o navio com tábuas novas é o navio de Teseu? Em outras palavras, o critério da continuidade da forma realmente prevalece sobre o da identidade das partes nos nossos juízos ordinários sobre a identidade dos objetos? Há quem diga que não<sup>46</sup>. Na teoria de Frede, a forma particular é o princípio organizacional realizado na matéria. A matéria de um objeto pode mudar durante a sua existência sem que ele deixe de ser aquilo que é: o que garante sua identidade é o princípio organizacional. Olhando para o histórico desse princípio organizacional no mundo nós podemos identificar o objeto através do tempo, mesmo que passe por mudanças materiais radicais. Se o princípio organizacional é destruído, o objeto é destruído. Mas se desmontássemos uma prateleira para ficar mais fácil de levá-la a outro cômodo, e então a remontássemos, o que diríamos? Seu princípio organizacional foi destruído, pois não podemos rastrear ele no tempo em que ela estava desmontada. Quando

---

46 Scaltsas, por exemplo, argumenta que Frede teria tomado resultados da metafísica contemporânea sobre o navio de Teseu como verdadeiros e argumentado em função deles, quando esses resultados não são tão evidentes assim. Cf. SCALTSAS, “Theodores. Substances and Universals in Aristotle’s Metaphysics”. Ithaca and London: Cornell University Press, 1994. Cf. pp. 235-246.

remontamos a prateleira, decerto há uma nova forma particular? Mas nesse caso, pelos critérios de Frede, diríamos que não é a mesma estante. Isso parece completamente contraintuitivo. Nosso juízo parece se apoiar mais no critério da identidade das partes para identificar a prateleira, de modo que podemos chamá-la de “a mesma prateleira”.

Frede partiu da tese de Z3 de que a forma é, em algum sentido, o sujeito último de predicação e teria apresentado uma concepção que torna essa tese plausível. Essa concepção envolve entender as formas substanciais como entidades particulares. Mas também há outros caminhos que levam às formas particulares. Entre eles, há a aparente tese de Z13 de que nenhum universal é substância. Isso significaria que nenhum universal está no conjunto de itens da categoria da substância. Mas então eles caem sob qual categoria? A da qualidade? Os termos universais significam um *poion ti*, uma certa qualificação, assim como as qualidades, mas não são inteiramente identificados com elas. Portanto não há estatuto ontológico para os universais. O que são, então, os universais que nos referimos quando fazemos ciência, por exemplo? A teoria de Frede conseguiria dar conta desse problema:

É um fato básico não trivial sobre o mundo que as coisas se dão com formas que são exatamente iguais, e não só suficientemente parecidas para classificá-las juntas em uma espécie. A realidade de espécies não é nada além disso: que a especificação da forma de objetos particulares calha de ser exatamente a mesma para uma variedade de objetos. Mas para isso ser verdadeiro, não há a necessidade de uma forma universal [...], seja uma espécie ou um gênero. E, de fato, a implicação de Z13 parece ser que não há gênero ou espécie substancial na ontologia da *Metafísica*. (FREDE, 1987, p. 78)

Na primeira parte, vimos que a interpretação tradicional das formas, como entidades universais, explicava a relação da forma com a quiddidade em Z4-6 e 10-11 e passagem de Z8, onde Aristóteles parecia atribuir a diferença numérica de Sócrates e Cálías à matéria, sustentando que eram o mesmo em relação à forma. Além disso, vimos que Lesher argumentou em favor da interpretação tradicional apelando para a teoria da ciência de Aristóteles, onde a existência de uma natureza comum (universal) entre coisas de um mesmo tipo é condição necessária para o conhecimento científico. Vejamos agora se a posição de Frede consegue contornar esses argumentos.

Aprender a quiddidade de algo é apreender o que esse algo é: a sua essência completa. Expressar uma quiddidade é, portanto, expressar uma definição. A forma, entendida como o princípio organizador de um objeto particular ou a sua disposição para se comportar de certa forma e levar certo tipo de vida, é igual à quiddidade. Dado essa relação, já que a

definição expressa a quiddidade, ela também expressa a forma. Mas uma definição é a enunciação de uma série de marcas universais e pode, portanto, ser aplicada a uma multiplicidade de objetos: do mesmo modo, a forma e a quiddidade, expressas pela definição, também poderiam pertencer a uma multiplicidade de objetos. Nesse contexto, a interpretação tradicional das formas explica como Aristóteles pode afirmar em Z8 que Sócrates e Cálias são iguais em forma: suas disposições são iguais e levam o mesmo tipo de vida, de modo que a fórmula que expressa a forma de um também expressa a forma do outro. A forma de seres de uma mesma espécie é uma natureza comum, universal, que é acessível para o sujeito de conhecimento através de processos cognitivos e é o objeto da ciência. Nesse contexto, como a passagem de Z8 parece afirmar, Sócrates e Cálias são numericamente distintos em função da sua matéria – que cumpre, portanto, um papel ontológico.

Na leitura de Frede, as formas precisam ser concebidas como entidades particulares (e, portanto, numericamente distintas) porque são os únicos elementos nos objetos que permanecem os mesmos durante a sua existência. Podemos falar do navio de Teseu antes e depois das reformas porque o seu princípio organizacional é o mesmo, e porque podemos rastreá-lo na história, apesar das suas mudanças materiais. Nessa medida, como as formas garantem a identidade dos objetos, elas precisam ser distintas umas das outras. Mas há um sentido, como vimos, em que diferentes objetos são o mesmo em forma: quando possuem disposições que são qualitativamente iguais (e possuem exatamente as mesmas especificações). Nesse sentido, Sócrates e Cálias, assim como o navio de Teseu e o segundo navio, são o mesmo em forma – porque suas disposições possuem exatamente as mesmas especificações. Isso, entretanto, não implica que Sócrates e Cálias dividam uma natureza comum, numericamente idêntica. Mas então por que Aristóteles, na passagem de Z8, parece apontar para a matéria deles como a fonte da sua diferença numérica? A ideia de Frede é que, uma vez que as formas de seres da mesma espécie são qualitativamente idênticas, a matéria cumpre um papel epistemológico importante na distinção desses seres. É porque a forma particular de Sócrates se realiza nessas carnes e nesses ossos e a forma particular de Cálias (que tem exatamente as mesmas especificações da de Sócrates) se realiza naquelas carnes e naqueles ossos que nós somos capazes de distingui-los em um momento determinado no tempo<sup>47</sup>.

Do fato que a forma de um objeto particular pode ser expressa enunciando uma série de marcas universais não segue que a sua natureza seja universal. Assim, essa concepção de

---

47 Cf. FREDE, 1987, p. 78.

formas particulares consegue manter a relação entre as noções de quiddidade, forma e definição (que impulsiona os argumentos de Z4-6 e 10-11), e também explica a passagem de Z8, dando um sentido preciso no qual seres da mesma espécie são o mesmo em forma e explicando sua referência à matéria. Frede também consegue responder a objeção de Lesher (de que, dado seu papel na filosofia da ciência aristotélica, as formas devem ser universais por definição), uma vez que nessa concepção as formas particulares de seres de uma mesma espécie são, ao mesmo tempo, ontologicamente distintas e epistemologicamente idênticas. Como seres humanos têm formas com especificações exatamente iguais, um juízo verdadeiro sobre as especificações da forma de um homem particular será verdadeiro sobre a forma de qualquer outro homem e isso é suficiente para fazer ciência.

Além disso, a teoria de Frede consegue lidar com as teses de Z13 e com o sentido no qual a forma é um substrato.

Lesher afirmou, diante das tensões textuais do livro Zeta, que a teoria da substância de Aristóteles era inconsistente. A posição de Frede consegue contornar os argumentos de Lesher contra as formas particulares e, além disso, explicar outras passagens e argumentos de Z. Se isso não for o suficiente, a concepção de Frede tem a agradável consequência de apresentar a teoria desse livro como uma teoria consistente, uma vez que contesta a interpretação tradicional das formas – um dos chifres do trilema de Lesher. Assim, parece que temos boas razões para rejeitar o argumento de Lesher. O problema é que a interpretação de Frede enfrenta muitas dificuldades, e algumas das suas sugestões precisariam ser examinadas no detalhe antes que pudéssemos nos decidir se ela é uma boa via para responder o problema da aparente inconsistência da teoria de Zeta.

A leitura que Frede faz de Z3 e Z13 são especialmente problemáticas. A sua concepção de formas particulares se apoia, fundamentalmente, nesses dois capítulos: de um lado, na tese de que as formas substanciais são sujeitos últimos de predicação; de outro, na tese de que universais não possuem nenhum estatuto na ontologia aristotélica. A primeira se fundamenta em uma evidência explícita nos textos de Z3 e H1 que, no entanto, admitem uma leitura diferente. A segunda, por sua vez, é inferida a partir de uma leitura das teses de Z13. Sem essas duas teses, sua concepção perde força. A primeira representa um grande desafio para a interpretação tradicional das formas. A segunda mostra como as formas particulares são importantes para Aristóteles, e como elas estariam enraizadas nas suas convicções filosóficas mais amplas. O problema aqui é que não podemos simplesmente aceitar essas duas teses. Seria preciso um esforço argumentativo que esgotasse as consequências de cada leitura de Z3

e H1 para nos decidirmos em relação à primeira. Em relação à segunda o esforço seria ainda maior, porque ela sugere um Aristóteles radicalmente antirrealista na discussão sobre os universais. Apesar de ser uma sugestão interessante, que afastaria a posição aristotélica ainda mais da platônica, ela só poderia ser devidamente analisada recorrendo a outros textos, com um nível de rigor que não poderia ser alcançado aqui.

Com isso, chegamos ao fim da exposição da posição de Frede, que sustentou uma concepção de formas particulares que poderia rejeitar a acusação de inconsistência da teoria de Zeta. Vimos que, apesar de conseguir responder as objeções que Lesher havia feito em 1971 contra Albitron, ela também enfrenta uma série de dificuldades. Agora nós precisamos seguir adiante, então, e examinar uma alternativa que rejeita outro chifre do trilema de Lesher, através de uma reconstrução mais detalhada de Z13.

#### 4. NENHUM UNIVERSAL É SUBSTÂNCIA?

Na leitura do livro Zeta, a tese de que a substância primeira é a forma contradiz o que parece ser o resultado de Z13-16, de que nenhum universal é substância. As interpretações que tentam oferecer uma visão consistente do texto seguem duas linhas principais: umas tentam contestar a tese de que a forma é universal e outras tentam qualificar a tese de que nenhum universal é substância. Michael Frede, nós vimos, seguiu a primeira via e apresentou uma concepção de formas particulares. Vejamos agora uma leitura que segue a segunda.

A ideia básica aqui é mostrar que, quando Aristóteles diz, como em 1038b8-9, que nenhum universal é substância, ele não quer mesmo dizer que nenhum universal é substância. Myles Burnyeat propôs, em 2001, uma maneira de ler a estrutura argumentativa de Z que, se aceita, pode mostrar que Aristóteles de fato não se comprometeu com essa tese. Segundo ele, Aristóteles articula um argumento não-linear que se dá em dois níveis da linguagem, o lógico e o metafísico. Essas duas características precisam ser levadas em consideração para compreender a teoria da substância da *Metafísica*.

Vimos que o objeto da investigação do livro Zeta é a substância, e que em Z3 Aristóteles lista quatro opiniões reputadas sobre a sua natureza. Z3 examina um desses candidatos, o substrato, Z4-6 e 10-11 examinam a quiddidade e Z13-16 o universal e o gênero juntos. Depois, em Z17, Aristóteles anuncia um novo ponto de partida e analisa a substância enquanto causa. Burnyeat sustenta que uma das principais teses de Aristóteles nesses capítulos é a identificação da substância primeira com a forma, e que ele pretende mostrar como os candidatos de Z3 e o aspecto causal de Z17 levam, quando examinados rigorosamente, independentemente até a forma. Isso significa que os resultados das seções que seguem Z2 não se acumulam, pois cada seção parte do mesmo lugar. Burnyeat alega que essa estrutura não-linear se mostra na falta de referência aos resultados das seções anteriores: Aristóteles costuma, em outros textos, cruzar os resultados dos seus argumentos o tempo todo, mas não em Z. Burnyeat mapeia as referências de Zeta<sup>48</sup> e mostra que, em sua maioria, elas não ultrapassam as fronteiras das seções nas quais aparecem, e as que ultrapassam não usam resultados das outras seções como premissas para os argumentos em curso.

Se Burnyeat está certo a respeito da não-linearidade do argumento de Zeta, as interpretações que importam resultados de uma seção para dar sentido às outras precisam ser reconsideradas. Por exemplo, nós vimos que Aristóteles parece negar que os universais são

---

48 Cf. BURNYEAT, 2001, pp. 51-52.

substâncias em Z13, e que isso pressiona o resultado de Z10-12, de que a forma, tradicionalmente entendida como uma entidade universal, é substância primeira. Uma alternativa a isso seria usar as teses de Z13 e Z10-12 como premissas em um argumento que concluísse que as formas devem, na verdade, ser entendidas como entidades particulares: “já que nenhum universal é substância e que as formas são substâncias primeiras, então nenhuma forma substancial é universal”. Z13 também é decisivo para a interpretação de Frede, que infere, a partir dele, que Aristóteles nega a existência (em sentido estrito) aos universais (que não estariam na extensão do conjunto de nenhuma categoria do ser). Mas apesar de Z13 estar, então, no centro da disputa sobre o verdadeiro estatuto ontológico das formas, Burnyeat observa que a palavra “forma” sequer aparece no texto do capítulo<sup>49</sup>. Por que Aristóteles deixaria implícito um passo tão importante? Talvez porque esse passo não seja dado. A sugestão é que Z13 examina a tese de que o universal e o gênero sejam substâncias partindo do mesmo ponto de Z3 quando examina o substrato, Z4 a quiddidade e Z17 o aspecto causal: o nível lógico do discurso. Se partem do mesmo lugar, os resultados alcançados em uma seção não podem ser assumidos nas outras, e usar a tese de Z10-12 como uma premissa do argumento do capítulo 13 seria um erro.

Assumindo a não-linearidade, então, como Z13 não ajuda a decidir se a forma é universal ou particular, as teses do livro são, de fato, inconsistentes? Não necessariamente. Primeiramente, em relação ao estatuto ontológico das formas, há outros textos que parecem apoiar uma concepção de formas particulares, como *Metafísica*  $\Lambda$  1071a20-29. Depois, em relação ao próprio Z13, não é certo que o seu resultado de fato seja que nenhum universal é substância. É preciso olhar Z13-16 mais de perto para nos decidirmos sobre isso.

A leitura de Burnyeat desses capítulos se apoia tanto na não-linearidade quanto na distinção entre os níveis lógico e metafísico do argumento. Isso significa que, para ele, o capítulo 13 não diz nada a respeito das formas, já que começa um novo exame, que não pressupõe os resultados anteriores. Esse exame, como todos os outros, parte do nível lógico e, em algum momento, passa para o metafísico, onde Aristóteles lança mão dos conceitos de forma e matéria para tentar resolver os problemas em questão. Mas o que significa partir do “nível lógico”, e como essa distinção ajuda a qualificar a tese de Z13?

Todas as seções de Zeta partem de conceitos comuns aos tratados lógicos de Aristóteles: o substrato é definido em 1028b35-36 como “aquilo do qual as coisas são predicadas, enquanto ele próprio não é predicado de nada”; a quiddidade, em 1029b14, como o

---

49 Cf. BURNYEAT, 2001, p. 46.

que algo é dito ser *per se* (“*kat’hauto*”); o universal, em 1038b11, como aquilo que, por natureza, é comum a várias coisas. Essas definições são as mesmas que aparecem, respectivamente, nas *Categorias*, nos *Segundos Analíticos* A4 e no *Da Interpretação* 7. Z17, por sua vez, “reflete sobre a lógica da explicação para ver que tipo de princípio causal a substância calha de ser”<sup>50</sup>. No início de cada seção, então, Aristóteles está no que Burnyeat chama de “nível lógico”.

O nome “lógico” é inspirado, diz Burnyeat, no uso que o próprio Aristóteles faz do advérbio “*logikōs*”<sup>51</sup>. No início de Z4, por exemplo, Aristóteles diz que antes de qualquer coisa é preciso dizer algo *logikōs* (na tradução de Ross, ‘em abstrato’) a respeito da quiddidade<sup>52</sup>. Há outras ocorrências dessa expressão nos livros de Aristóteles, e Burnyeat recorre ao comentário de Simplicio da *Física*, onde, em 202a21-22, Aristóteles apresenta uma “dificuldade lógica”<sup>53</sup>. Essa qualificação pode significar, segundo Simplicio, que a dificuldade em questão parte de observações gerais em vez de princípios peculiares e apropriados ao assunto em questão. Observações “lógicas” a respeito de um objeto, nesse sentido, são observações gerais que não consideram os princípios explicativos próprios desse objeto. Então, quando Aristóteles afirma, no início de Z4, que precisa primeiro dizer algo “em abstrato” sobre a quiddidade, isso significa que dirá algo abstraindo os princípios explicativos apropriados à filosofia primeira ou metafísica. Há discussões a respeito de onde termina a parte “lógica” de Z4, mas, se Burnyeat estiver certo, parece claro que ela vai até Z10, onde as noções de forma e matéria, que caracterizam a passagem para nível metafísico do argumento, aparecem.

Z3 e Z13-16 também partem de noções lógicas, como mostramos. A passagem para o nível metafísico no capítulo 3 é imediatamente após a definição de substrato. A discussão metafísica de Z13-16, por sua vez, começa só em Z15, quando as noções de forma e matéria retornam. Mas por que Aristóteles argumenta nesses dois níveis? Em linhas gerais, a sugestão de Burnyeat é que essa escolha metodológica reflete o caminho que o estudante da filosofia primeira precisa percorrer. Supõe-se que o nome “*Metafísica*” (“*ta meta ta phusika*”) tenha sido dado ao conjunto desses 14 livros em função da sua posição na ordem de leitura dos tratados aristotélicos, canonizada na edição Bekker de 1831 (i.e. depois das obras de ciências naturais). Talvez o nome reflita uma simples escolha editorial, mas também é comumente

---

50 BURNYEAT, 2001, p. 57.

51 Cf. BURNYEAT, 2001, p.6.

52 Cf. 1029b13.

53 Cf. BURNYEAT, 2001, p. 21.

aceito que a ordem canônica segue a ordem do aprendizado do estudante da filosofia primeira: primeiro o conjunto das obras lógicas, conhecido como o *Organon*, depois as obras de ciências naturais e então a metafísica. Ao partir, nas seções do livro Zeta, de noções “em abstrato”, gerais, Aristóteles está seguindo esse mesmo caminho. A diferença de Zeta para as obras lógicas é que agora, depois da exploração inicial com os conceitos gerais, ele aplica os princípios explicativos apropriados ao estudo metafísico.

Raciocinar puramente no nível lógico leva o investigador de determinada área a erros. Os princípios peculiares e apropriados de cada assunto precisam ser levados em consideração para que a ciência alcance a realidade. Burnyeat afirma que uma das críticas frequentes de Aristóteles aos platônicos era, com efeito, que a sua abordagem excessivamente “lógica” os levava a sustentar posições absurdas:

[Aristóteles] quer dizer que a abordagem deles revela uma desejo não-científico por generalidade e abstração (veja *Met.* A6 987b29-31;  $\Lambda$ 1 1069a27-28; M8 1084b23-25; N1 1087b18-21). Ele até usa a frase “*hoi en tois logois*” (grosso modo, “os devotos da discussão”) como sinônimo de “platônicos” ( $\Theta$ 8 1050b35). E também [...] “aqueles cujo prazer nas muitas discussões os levou a desconsiderar os fatos” em *Sobre a Geração e a Corrupção* I2 316a8-9, onde a sequência contrapõe a abordagem “lógica” desses platônicos à confiança de Demócrito em argumentos apropriados à física. (BURNYEAT, 2001, p. 20)

A não-linearidade entre as seções e a distinção entre os dois níveis argumentativos são, argumenta Burnyeat, duas características determinantes para entender a estrutura do livro Zeta. A primeira implica que nenhuma sessão pressupõe os resultados das outras, uma vez que todas partem, por assim dizer, do mesmo lugar: o nível “lógico”. Mas argumentos lógicos não são suficientes para estabelecer a natureza da substância, e Aristóteles, então, lança mão dos princípios explicativos próprios da filosofia primeira para sustentar a sua teoria da substância. Burnyeat usa esse modelo de leitura em todas as seções de Zeta, e é através dele que qualifica a aparente tese de Z13, de que nenhum universal é substância. Vejamos, então, como essas duas características influenciam a leitura de Z13-16.

Já vimos que a estrutura não-linear do livro Zeta retira um pouco do peso que a literatura secundária coloca no capítulo 13. Como Aristóteles parte, mais uma vez, da lista de opiniões reputadas de Z3, sem fazer referência aos resultados alcançados nos exames do substrato e da quiddidade, seria um erro importar esses resultados e inferir que, quando ele afirma, nesse capítulo, que nenhum universal é substância, ele está comprometido com a tese de que nenhuma forma substancial é universal. Mas mesmo aceitando que o argumento é não-

linear, que as seções de Zeta são caminhos independentes entre si, se essa teoria da substância pretende ser consistente, os resultados de cada seção não podem se contradizer. O exame do substrato levou a investigação da substância até a noção de forma, e o da quiddidade também. Qual o resultado de Z13-16? Essa é a pergunta decisiva para decidir se a teoria de Zeta é internamente consistente.

Z13 examina a sugestão de que ‘universal’ é uma resposta apropriada para a pergunta “o que é substância?”. Aristóteles imediatamente afirma que parece impossível que o universal seja substância porque (i) a substância de  $x$  deve ser peculiar a  $x$ , e o universal é aquilo que, por natureza, pertence a mais de uma coisa, e porque (ii) a substância é aquilo que não é predicado de um sujeito, enquanto o universal sempre é predicado de um sujeito<sup>54</sup>. Ora, no início de Z13, Aristóteles relata o progresso em relação à lista de Z3, e afirma, entre outras coisas, ter examinado o substrato e distinguido dois modos de subjazer, o modo como os animais estão em relação aos seus atributos e o modo como a matéria está em relação a toda a realidade<sup>55</sup>, e isso parece fazer referência à tese de Z3 de que tudo é predicado da substância enquanto a substância é predicada da matéria. Poucas linhas depois, quando oferece (ii) como uma razão para pensar que o universal não é uma substância, Aristóteles trata a substância como “aquilo que não é predicado de nada”. Isso mostra, na leitura de Burnyeat, que Aristóteles está começando mais uma seção independente, na qual desconsidera os resultados das outras seções. Além disso, (i) deixa claro que é um começo no nível “lógico”, apelando para uma noção de universal comum ao *Organon*.

A noção lógica de ‘universal’, do *Organon* e de Z13, é aquela definida no *Da Interpretação* 7, através da distinção exaustiva e exclusiva entre ‘particular’ e ‘universal’. Nesse contexto, um é definido a partir do outro e, portanto, (i) e (ii) são boas razões para pensar que nenhuma substância é universal.

Mas essa é uma vitória barata. O *Organon* não entra na estrutura de forma e matéria dos indivíduos substanciais particulares. Ele opera com boas definições de sujeitos individuais e de universais que podem ser predicados deles. A análise em forma e matéria explica como tais indivíduos são fundamentalmente constituídos. Essa análise leva a uma melhor compreensão de espécies universais como “humano” (Z10 1035b27-30; Z11 1037a7-8), e ao mesmo tempo mostra esses universais como posteriores aos indivíduos compostos, e não como inter-definíveis com eles. Nós

---

54 Cf. 1038b8-16.

55 Cf. 1038b5-7.

procuramos aquilo que é primeiro na constituição de um indivíduo substancial.  
(BURNYEAT, 2001, p. 48)

Burnyeat propõe, então, que a tese “nenhum universal é substância” é um resultado preliminar, que deve ser qualificada como “nenhum universal lógico é substância”. A noção geral e abstrata de universal não identifica a substância. Talvez pudéssemos dizer, como Woods (um dos interlocutores de Lesher), que nessa leitura ser universal não implica, por si só, ser substância. A crítica de Aristóteles aos platônicos nesse contexto seria de que eles, no seu “desejo não-científico por generalidade e abstração”, teriam sustentado, justamente, que o universal lógico (aquilo que é, por natureza, comum a muitos) é substância, e em função disso teriam adotado posições metafísicas tão extravagantes<sup>56</sup>. Mas para mostrar isso precisaríamos examinar os argumentos de Z13-16 contra os platônicos detalhadamente, e o nosso objetivo é outro.

Vimos que Aristóteles, na *Metafísica*, parecia aceitar que (a) nenhum universal pode ser substância, (b) a forma é um universal e (c) a forma é substância primeira. Estávamos acompanhando a leitura de Burnyeat para ver se Aristóteles de fato se comprometia com (a). Essa tese aparece em Z13, e Burnyeat tenta esclarecer o contexto desse capítulo e o seu papel na estrutura argumentativa mais ampla do livro Zeta. Se aceitamos seus argumentos, (a) não pode representar a posição final de Aristóteles, pois Z13 se mantém no nível lógico do discurso. Mas qual é a posição final de Aristóteles? Qual o resultado e o objetivo do argumento de Z13-16? Sem responder essas perguntas, não saberemos se a qualificação proposta por Burnyeat se mantém.

Z13 continua, depois de ter rejeitado a substancialidade de universais através das premissas (i) e (ii), se voltando para o gênero. Não entraremos nos pormenores desse argumento. Seja como for, ao final do capítulo 13 do livro Zeta Aristóteles chega a duas teses, que juntas levam a uma conclusão inaceitável: por um lado, (iii) as substâncias não consistem de universais, pois substâncias indicam “um isso” (*tode ti*) e universais, como as qualidades, indicam “um certo tipo de coisa”: como substâncias, ontologicamente primeiras, poderiam consistir de entidades semelhantes às qualidades, ontologicamente posteriores?; por outro lado, (iv) substâncias também não podem ser compostas por partes que sejam elas próprias substâncias (em ato), ou não seriam unas. Se as substâncias não consistem nem de partes substanciais nem de partes não-substanciais, elas são incompostas, e algo incomposto não pode ser definido. Mas, continua Aristóteles, as substâncias são os únicos objetos de definição

---

56 Cf. BURNYEAT, 2001, pp. 55-56.

(ou, pelo menos, os primeiros), de modo que se elas não podem ser definidas, nada pode ser definido<sup>57</sup>. Assim termina o capítulo 13.

Z16 termina reafirmando (iii) e (iv), os dois chifres do dilema de Z13<sup>58</sup>. Mas a consequência desse dilema, claramente absurda, precisa ser rejeitada. Z14 segue no nível lógico e argumentando contra a posição platônica. Em Z15 o par conceitual forma e matéria, que marcam a passagem para o nível metafísico, reaparece para resolver o problema de Z13. Como Burnyeat observa, uma vez que Aristóteles segue comprometido com (iii) e (iv), a única forma de negar sua consequência é encontrando uma ambiguidade no termo-chave, substância<sup>59</sup>. Z15 começa fazendo exatamente isso e distingue a substância que é a coisa concreta (o composto de matéria e forma) e a substância que é a fórmula (presumivelmente, a forma)<sup>60</sup>. Burnyeat argumenta que usar a palavra “fórmula” (“*logos*”) em vez de “forma” sugere que a substância, entendida desse modo, pode ser definida<sup>61</sup>.

O principal argumento do capítulo 15 é que a substância que é a substância concreta não pode ser definida, porque tem matéria e são sujeitos aos processos de geração e corrupção, a ser e a deixar de ser. Demonstração envolve verdades necessárias e a definição envolve conhecimento, que, por sua vez, não pode ser ora conhecimento, ora ignorância, e assim se distingue da opinião, o estado que aceita esse tipo de variação. Dado a natureza das substâncias concretas, só a opinião, cujo objeto são as coisas que podem ser de outro modo, pode dizer algo a seu respeito. Portanto não pode haver conhecimento e definição das substâncias sensíveis, mas nada impede que haja da substância que é a forma, separada da matéria, embora Aristóteles não apresente argumentos em favor disso:

A sua terminologia, aqui e em outros lugares, incorporou a ideia de que a forma pode ser especificada em uma definição ou “fórmula”. É evidente que isso é algo que nós trazemos para a leitura de Z, e não algo que derivamos dela. Para mais discussões a respeito da unidade da forma definível, precisamos esperar até H6. A tarefa de Z13-16 é mostrar como a ideia de que a substância é um universal tal como *humano* eventualmente leva, com os devidos refinamentos e restrições, à conclusão de que a substância é a forma. (BURNYEAT, 2001, pp. 53-54)

Z15, então, mostra como escapar do dilema de Z13. Burnyeat especula que o propósito de Z13 possa ser, justamente, mostrar a necessidade de distinguir os dois sentidos

---

57 Cf. 1039a14-23.

58 Cf. 1041a3-4.

59 Cf. BURNYEAT, 2001, p. 51.

60 Cf. 1039b20-22.

61 Cf. BURNYEAT, 2001, p. 53.

de substância que Z15 distingue. Nessa leitura, a tese de que “nenhum universal é substância” ganha uma qualificação, restringindo a noção de universal à de universal “lógico”, pré investigação metafísica. Z13, apesar disso, coloca um problema sobre a possibilidade de definir as substâncias e, conseqüentemente, de definir tudo mais. A solução aristotélica, a partir dos conceitos de forma e matéria, é mostrar que em um sentido realmente não há definição, mas em outro há (no caso da substância enquanto forma, separada da matéria), e assim Z13-16 parte da noção de universal e chega, como nas outras seções, à tese de que a substância é a forma.

A leitura de Burnyeat pretende ser neutra em relação ao debate sobre o estatuto ontológico das formas<sup>62</sup>. Poderia ser objetado, então, que, com essa breve exposição, nós ainda não temos elementos suficientes para escapar do trilema de Lesher, que ameaça a consistência da teoria do livro Zeta. Aristóteles certamente defende a tese de que a forma é substância. A forma é uma entidade particular ou universal? Se aceitamos, seguindo Burnyeat, a não-linearidade do argumento de Zeta, o capítulo 13 não nos ajuda a decidir. Se uma concepção de formas particulares puder ser articulada a partir de outros textos, mesmo que entidades universais não façam parte da ontologia aristotélica, como propôs Frede, a doutrina da *Metafísica* seria consistente. Mas não é claro se isso é possível e, por isso, não tentamos seguir esse caminho. Agora, assumindo a interpretação tradicional de formas substanciais universais, a qualificação proposta por Burnyeat ajuda Aristóteles a escapar da acusação de inconsistência? Parece que seria preciso mostrar que, apesar de nenhum universal “lógico” ser substância, há um sentido no qual o universal é substância. Não seria o sentido distinguido em Z15? Se a leitura de Burnyeat realmente for neutra em relação ao estatuto ontológico das formas, não. A noção de uma forma substancial deve poder ser construída como uma entidade capaz de ser definida, seja ela particular ou universal. A sugestão de Frede de que as formas particulares são qualitativamente idênticas ajuda a entender como alguém poderia assegurar a sua definibilidade, mesmo que uma definição seja a enunciação de uma série de marcas universais.

Respondendo a essa objeção deve-se aceitar que não é claro se a leitura de Burnyeat não acaba se comprometendo com a interpretação tradicional das formas. Mas isso não é um problema muito grande. Se as formas aristotélicas são particulares, é verdade que não há razão para qualificar a tese de Z13. Se as formas substanciais são universais, entretanto, a

---

62 “Esse não é o lugar [...] para defender minhas próprias convicções contra interpretações rivais [a respeito do estatuto ontológico das formas]” (BURNYEAT, 2001, p. 55)

distinção feita em Z15, entre os dois sentidos de substância, explica como o universal pode ser substância.

Finalmente, acredito ter mostrado, ainda que brevemente, as tensões do livro Z da *Metafísica* que levaram Lesher a sustentar que a sua teoria é inconsistente. Esse texto é notadamente difícil e há disputas em relação à tradução de várias passagens, as premissas e conclusões de muitos argumentos não são claras e mesmo a sua estrutura geral é objeto de debates. Na discussão da literatura secundária sobre o Zeta, entretanto, outros filósofos contornaram essas tensões, e as tentativas mais expressivas e influentes ou bem contestam a interpretação tradicional das formas, ou bem qualificam a (aparente) tese de Z13. Examinando uma posição de cada uma dessas correntes, vimos que não é tão claro se realmente há uma tensão na teoria aristotélica. Se não podemos rejeitar completamente a interpretação de Lesher, pelo menos podemos dizer que há boas razões para desconfiar dela. O debate mais recente sugere que há posições bem fundamentadas em ambos os lados, e indica o caminho que deve ser percorrido para examinar o problema com mais profundidade: seguindo as formas particulares, é preciso olhar para a posição de Aristóteles em relação aos universais, explorando temas relacionados à filosofia sua filosofia da ciência, epistemologia e metafísica; seguindo as ideias de Burnyeat, é preciso explorar os arredores de Zeta, os livros H e  $\Theta$ , que continuam explorando a substância sensível, sua composição e unidade.

## 5. CONCLUSÃO

Tendo exposto o problema e analisado algumas respostas possíveis, levantado seus principais argumentos e dificuldades, cabe, agora, retirarmos todas as consequências que pudermos. De partida, parece seguro dizer que, com as considerações que foram feitas ao longo desse trabalho, não podemos responder a pergunta que colocamos na introdução: “a teoria da substância que Aristóteles apresenta no livro Zeta da *Metafísica* é internamente inconsistente?”.

Mas isso não significa que não houve nenhum avanço.

A pergunta pela consistência da teoria de Z surge porque Aristóteles parece sustentar teses que contradizem umas às outras nesse livro. A principal delas, com uma série de evidências textuais, é que as substâncias são, em sentido estrito, formas. “Forma” é um conceito comum à filosofia da ciência de Aristóteles, onde são tradicionalmente entendidas como entidades universais que pertencem a uma multiplicidade de indivíduos. Mas as substâncias não podem ser entidades universais, segundo as críticas de Z13-16. Apresentando essas três teses na forma de um trilema, James Lesher mostrou que as tentativas de rejeitar qualquer uma dessas proposições eram insustentáveis diante das evidências textuais em favor delas.

Ao examinar as posições de Michael Frede e Myles Burnyeat, minha intenção era revisar duas tentativas mais atualizadas de contornar o problema da inconsistência, e ver se elas podiam contornar os argumentos de Lesher. Essas duas posições são, acredito, representativas das duas principais estratégias para apresentar uma leitura consistente da teoria da *Metafísica*. Frede apresenta uma concepção de formas particulares, Burnyeat qualifica as teses de Z13. Nesse sentido, pode-se dizer que tive sucesso. Se analisarmos os argumentos de Lesher contra a versão de Albitton das formas particulares e contra a qualificação das teses de Z13 proposta por Woods, vemos que as posições de Frede e Burnyeat conseguem responder a maioria deles.

Na teoria de Frede, por exemplo, as formas particulares de indivíduos da mesma espécie são epistemologicamente idênticas, porque têm exatamente as mesmas especificações. Desse modo, não colocam nenhum empecilho para o funcionamento da teoria da ciência aristotélica. A leitura de Burnyeat, por sua vez, não apela para uma distinção entre “universal” e “universalmente predicado”. Além disso, a crítica à posição platônica se mantém com a qualificação da tese de Z13 como “nenhum universal lógico é substância”. Mas do fato que

essas interpretações conseguem responder os argumentos de Lesher não se segue que a sua posição possa ser recusada. Para tanto, seria preciso, por assim dizer, seguir esses caminhos até o fim. Ambas as interpretações enfrentam uma série de dificuldades, e só poderíamos nos decidir contra Lesher se tivéssemos respondido os desafios que elas colocam. Fazer isso, contudo, exigiria um nível de rigor que não pude alcançar nesse trabalho. Para começar, seria preciso recorrer a muitos outros textos, que trariam suas próprias dificuldades de leituras, variações, e todo tipo de problema, e eu precisei, nesse primeiro momento, limitar o escopo da pesquisa para começar a lidar com o problema.

Isso nos traz à principal consequência do trabalho. Poderíamos dizer que, ao entrar numa floresta escura, é útil enviar primeiro os batedores, que retornarão com informações sobre os melhores caminhos que devemos percorrer. Esse é um trabalho de batedor. Nos adiantamos e percorremos algumas trilhas, e agora temos a valiosa informação sobre qual caminho seguir. Devemos seguir examinando a posição aristotélica sobre os universais, por exemplo, se quisermos ser capazes de avaliar a inferência que Frede faz das teses de Z13 – decisiva para sua concepção de formas particulares. Ou, ainda, seguir explorando os caminhos dos livros centrais da *Metafísica*, para vermos se os argumentos do livro H realmente dão conta de explicar a unidade da forma definível, como Burnyeat sugere.

Assim concluímos.

## 6. BIBLIOGRAFIA

ALBITTRON, Rogers. "Forms of particular Substances in Aristotle's Metaphysics". In: *The Journal of Philosophy* Vol. 54, N. 22, 1957.

ANGIONI, L. *Introdução à Teoria da Predicação em Aristóteles*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

BARNES, Jonathan (Ed.). *The complete works of Aristotle*. New Jersey: Princeton University Press, 1995, vol. 1.

BARNES, Jonathan (Ed.). *The complete works of Aristotle*. New Jersey: Princeton University Press, 1995, vol. 2.

BOSTOCK, David. "Aristotle. Metaphysics, Books Z and H". Oxford: Clarendon Press, 1994.

BURNYEAT, Myles. "A Map of Metaphysics Z". Pittsburgh: Mathesis Publications, 2001.

DRISCOLL, J. A. "Eidē (εἶδη) nas teorias da substância de juventude e maturidade de Aristóteles". In: ZINGANO, Marco (Ed.). *Sobre a Metafísica de Aristóteles: textos selecionados*. São Paulo: Odysseus Editora, 2005. pp. 281-314.

FREDE, Michael. "Substance in Aristotle's Metaphysics". In: FREDE, Michael. *Essays in Ancient Philosophy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

IRWIN, T. "Aristotle's First Principles" Oxford: Clarendon Press, 1988.

KAHN, Charles H. "The verb "be" in ancient Greek". Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2003.

LESHER, James. "Aristotle on Form, Substance and Universals: a Dillema". *Phronesis* 16, 1971, pp. 169-178. Consultado na tradução de Paulo Fernando Tadeu Ferreira na coleção de ensaios ZINGANO, Marco (Ed.). *Sobre a Metafísica de Aristóteles: textos selecionados*. São Paulo: Odysseus Editora, 2005.

LLOYD, A. C. "Form and Universal in Aristotle" Cambridge: Francis Cairns, 1981.

ROSS, W. D. "Aristotle's Metaphysics: A revised text with introduction and commentary by W. D. Ross." Oxford: Clarendon, 1924.

SCALTSAS, "Theodores. Substances and Universals in Aristotle's Metaphysics". Ithaca and London: Cornell University Press, 1994.

SELLARS, Wilfrid. "Substance and Form in Aristotle". In: *The Journal of Philosophy* Vol. 54, N. 22, 1957. pp 688-699.

SYKES, R. D. "Form in Aristotle: Universal or Particular?". In: *Philosophy* Vol. 50, 1975.

WHITING, J. E. "Metasubstance: Critical Notice of Frede-Patzig and Furth. In: *The Philosophical Review* Vol. 100, N 4, 1991

WOODS, M. J. "Problems in Metaphysics Z, Chapter 13". In: MORAVCSIK, J. M. E. (Ed.). *Aristotle: A Collection of Critical Essays*. London: Macmillan, 1968.

ZINGANO, Marco (Ed.). *Sobre a Metafísica de Aristóteles: textos selecionados*. São Paulo: Odysseus Editora, 2005.